



## RESULTADOS E DESEMPENHO - 1º TRIMESTRE DE 2014

<b>Resultados Econômico-Financeiros</b> (R\$ milhões)	<b>1T 2014</b>	<b>1T 2013</b>	<b>Variação <sup>(1)</sup></b>	<b>Variação %</b>
Receita Líquida	1.018,1	861,6	156,5	18,2%
EBITDA	120,5	77,7	42,8	55,1%
Margem EBITDA	11,8%	9,0%	2,8 p.p.	31,1%
Lucro Líquido	35,4	9,9	25,5	257,6%
Dívida Líquida	1.318,4	1.033,1	285,3	27,6%
Investimentos	58,2	56,1	2,1	3,7%
Volume de fornecimento (GWh)	3.391,8	3.121,8	270,0	8,6%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	4.371,3	4.065,8	305,5	7,5%

<b>Outros Resultados</b>	<b>mar/14</b>	<b>mar/13</b>	<b>Variação</b>	<b>Variação %</b>
Clientes (milhares)	2.388	2.315	73	3,1%
DEC (horas)	8,31	9,73	-1,42	-14,6%
FEC (interrupções)	4,95	5,29	-0,34	-6,4%
Perdas de Distribuição <sup>(2)</sup>	7,32%	7,28%	0,04 p.p.	0,5%
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAAA	brAAA	-	-

(1) Em milhões de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

(2) Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde set/12 pela CCEE como perdas das distribuidoras. Caso incluído este efeito, o índice de perdas de mar/14 da Elektro seria de 9,83% – ver item 12.2. – Perdas de Distribuição.

---

## SUMÁRIO

<b>1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS</b> .....	<b>3</b>
<b>2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES</b> .....	<b>3</b>
<b>3. AMBIENTE ECONÔMICO</b> .....	<b>3</b>
<b>4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS</b> .....	<b>5</b>
4.1. Reajuste Tarifário .....	5
4.2. Lei 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e nº 8.221/14 .....	5
<b>5. DESEMPENHO COMERCIAL</b> .....	<b>7</b>
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição .....	7
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia .....	10
5.3. Contratos de Compra de Energia .....	10
<b>6. RESULTADOS</b> .....	<b>12</b>
6.1. Resultado ajustado .....	14
6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio .....	16
<b>7. ESTRUTURA DE CAPITAL</b> .....	<b>17</b>
7.1. <i>Covenants</i> Financeiros .....	18
<b>8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO</b> .....	<b>19</b>
<b>9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b> .....	<b>19</b>
<b>10. FLUXO DE CAIXA</b> .....	<b>20</b>
<b>11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>12. DESEMPENHO OPERACIONAL</b> .....	<b>21</b>
12.1. DEC e FEC .....	21
12.2. Perdas de Distribuição .....	22

## 1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 31 de março de 2014, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31/03/2014						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>100,00%</b>	<b>101.878.293</b>	<b>100,00%</b>	<b>193.759.265</b>	<b>100,00%</b>
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		<b>47,42%</b>		<b>52,58%</b>		<b>100,00%</b>

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível<sup>1</sup>) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

## 2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* [www.elektro.com.br/ri](http://www.elektro.com.br/ri), pelo endereço eletrônico [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br) ou pelo telefone (19) 2122-1487.

## 3. AMBIENTE ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 2014 foi marcado por sinais de uma moderada recuperação do nível de atividade no cenário internacional.

Nos Estados Unidos, os dados do mercado de trabalho e indicadores de atividade apontam para uma recuperação mais consistente. A expectativa é de uma expansão do PIB de 2,8% em 2014, uma aceleração considerável em relação ao 1,9% do ano passado, puxado pelo consumo das famílias e investimentos. Já a taxa de desemprego manteve-se em 6,7% em março contra 7,5% em março de 2013, resultado dessa tendência positiva de crescimento.

A União Europeia (UE), por sua vez, dá sinais de estar deixando para trás o processo recessivo. O desemprego caiu para 10,5% em março na UE ante os 10,6% de fevereiro e 10,7% em janeiro, segundo dados divulgados pela Eurostat, agência oficial de estatísticas da União Europeia, e a taxa de desemprego na zona do euro registrou 11,8% em março, mantendo-se estável desde dezembro de 2013. A perspectiva para o crescimento da zona do euro para 2014 é de 1,2%, segundo estimativas do FMI, depois de ter fechado o ano de 2013 com uma recessão de 0,5%.

Já o governo Chinês anunciou em março estimativa de crescimento para o PIB de 7,5% para este ano. A meta é levemente inferior ao resultado de 2013, quando o aumento foi de 7,7%. Entretanto, pairam as preocupações sobre a economia chinesa após o registro de desaceleração no primeiro trimestre, levando o

<sup>1</sup> Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

governo a anunciar, em 3 de abril, um pacote de medidas que inclui reduções fiscais para pequenas empresas e investimento, até 35 milhões de euros, no setor ferroviário.

Em relação à política monetária, o *Federal Reserve* (FED - Banco Central norte-americano) deu continuidade ao processo de redução gradual do programa de compra ativos iniciada em janeiro deste ano. No entanto, prevalecem de maneira geral posturas acomodatórias nas economias maduras. Nesse sentido, o Banco Central Europeu anunciou, em 02 de abril, a manutenção da taxa de juros na mínima histórica de 0,25% a.a. A inflação continua em níveis moderados ou baixos nos Estados Unidos, Zona do Euro e Japão.

No Brasil, o trimestre foi marcado, dentre outros, pelo rebaixamento pela Standard & Poor's da nota de crédito soberano de BBB para BBB-, com perspectiva estável, decisão justificada pela desaceleração econômica e dificuldades no aspecto fiscal. No entanto, a classificação ainda mantém o país um nível acima do grau de investimento. Já as perspectivas para o crescimento do PIB em 2014 têm sido revisadas para baixo. Neste sentido, o relatório divulgado pelo FMI em 08 de abril cortou a projeção de expansão do Brasil em 2014 de 2,3% para 1,8%. A expectativa do mercado, dada pelo Relatório Focus divulgado em 04 de abril pelo Banco Central, é de que o PIB de 2014 fique em 1,63%.

No acumulado de janeiro a março de 2014, a moeda brasileira apresentou valorização de 3,40% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 2,2630/US\$, contra uma valorização de 1,45% no mesmo período de 2013, quando era cotada a R\$ 2,0138/US\$, o que representou uma desvalorização de 12,37% nos últimos 12 meses.

As exportações brasileiras somaram US\$ 49,6 bilhões no primeiro trimestre de 2014, o que representou uma retração de 4,1% sobre o mesmo período do ano anterior, quando registraram US\$ 50,8 bilhões. As importações, por sua vez, totalizaram US\$ 55,7 bilhões, com redução de 2,2% em relação ao mesmo período de 2013 (US\$ 56,0 bilhões). Dessa forma, o déficit comercial acumulado nesse período totalizou US\$ 6,1 bilhões, pior resultado desde o início da série histórica, em 1994.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou inflação de 2,55% no primeiro trimestre de 2014, com incremento de 1,71 ponto percentual comparado ao mesmo período de 2013, quando apresentou uma inflação de 0,84%. A aceleração deve-se à maior variação do IPA (Índice de Preço ao Produtor Amplo), impactado pela aceleração no preço das matérias primas brutas, tais como milho, soja e café em grãos.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o trimestre em 2,18%, 0,24 ponto percentual acima do índice do ano anterior (1,94%), puxado pelo grupo de alimentos e bebidas, em consequência da seca que atingiu as lavouras de alguns estados e prejudicou a oferta de alimentos.

Com relação à política monetária, dadas as pressões inflacionárias vigentes, o Comitê de Política Monetária (Copom) deu continuidade à trajetória de elevação da taxa Selic iniciada em abril de 2013, elevando-a para 10,50% a.a., 10,75% a.a. e 11,00% a.a. em 16 de janeiro, 27 de fevereiro e 03 de abril de 2014, respectivamente. No entanto, a percepção do mercado é que o Copom sinalizou, na ata de sua última reunião, a proximidade do fim do ciclo de alta de juros. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), por sua vez, foi reduzida paulatinamente desde junho de 2012 para os atuais 5,00% a.a. praticados desde janeiro de 2013, o mais baixo patamar desde sua criação em 1994, e será mantida neste nível ao longo do segundo trimestre de 2014.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	1T 2014	1T 2013	Variação
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (*)	2,2630	2,0138	0,2492
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	3,40%	1,45%	1,95 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	2,55%	0,84%	1,71 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	2,18%	1,94%	0,24 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	4,64%	1,70%	2,94 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	1,26%	1,23%	0,03 p.p.

(\*) Cotação no encerramento do período.

## **4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS**

### **4.1. Reajuste Tarifário**

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, ou Revisões Tarifárias Extraordinárias a qualquer tempo, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas.

Em 24 de Janeiro de 2013 a Aneel promoveu uma Revisão Tarifária Extraordinária envolvendo todas as distribuidoras do Brasil, na qual as tarifas da Elektro foram reduzidas, em média, em 20,34%. Esta redução ocorreu no intuito de contemplar os efeitos decorrentes da Lei 12.783/13, descrita adiante, e não apresentou efeito na Margem Operacional, já que implicou apenas em ajuste dos custos não gerenciáveis (Parcela A).

Em 27 de agosto de 2013 ocorreu o Reajuste Tarifário da Elektro, homologado pela Resolução Aneel nº 1.591 de 20 de agosto de 2013. O reajuste resultou em uma elevação média das tarifas de 8,9%. Este percentual contempla, dentre outros: (i) correção da parcela B por IGP-M; (ii) atualização dos custos de energia comprada de geradoras; e (iii) devolução de um terço do componente financeiro referente à postergação da Revisão Tarifária de 27 de agosto de 2011 para 27 de agosto de 2012, atualizado pela Selic, no valor de R\$ 90,7 milhões. A devolução de um terço desses valores já foi realizada por meio das tarifas praticadas desde 27 de agosto de 2012 até 26 de agosto de 2013 e o saldo remanescente será devolvido para os consumidores por meio das tarifas com vigência a partir de 27 de agosto de 2014.

### **4.2. Lei 12.783/13 e Decretos nº 7.891/13, nº 8.203/14 e nº 8.221/14**

O Governo Federal oficializou por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica (o que resultou na Revisão Tarifária Extraordinária já mencionada, aplicada em 24 de janeiro de 2013) e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição definida pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados seriam indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplariam os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos. Adicionalmente, a Lei também desobrigou as distribuidoras do recolhimento da RGR (Reserva Global de Reversão), transferiu as necessidades da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e reduziu em 2013 o valor da cota da CDE para as distribuidoras em 75%, sendo que, para compensar estas alterações, a CDE passou a receber aportes adicionais do governo. Para as concessionárias de Distribuição também haveria condições específicas a serem estabelecidas pela Aneel em contrato de concessão ou termo aditivo. A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 não causou impactos no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028.

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões e a energia proveniente das concessões renovadas foi distribuída por meio de cotas, que, no entanto, não foram suficientes para suprir as necessidades de mercado de cada distribuidora. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela Aneel e atraso na operação comercial de outras usinas, com postergações de cronogramas aprovadas pela Aneel e/ou liminares judiciais concedidas para suspensão do início de suprimento dos CCEARs firmados. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia.

Somam-se a isso as condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012 até o início de 2014, quando os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram os menores patamares, levando ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados. Cita-se ainda o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras a partir de setembro de 2012, dentre elas a Elektro, o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado de curto prazo.

No intuito de amenizar os impactos no caixa e no resultado das Distribuidoras o governo tomou diversas medidas, dentre elas a emissão, em 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.891/13, que orientou a utilização dos recursos da CDE para compensar os descontos aplicados nas tarifas praticadas para algumas classes de consumidores. Em 7 de março de 2013 foi publicado o Decreto 7.945/13, alterando o Decreto 7.891/13, ao incluir a possibilidade de repasses de recursos de CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, e cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética durante o ano de 2013.

Em junho de 2013 ocorreu o Leilão A-0 de energia existente, com intuito de suprir a exposição involuntária das distribuidoras decorrente do cancelamento do Leilão A-1 previsto para dezembro de 2012, e da insuficiência na distribuição de cotas. No entanto, devido à falta de oferta de energia neste leilão, a necessidade de energia declarada pela Elektro foi integralmente frustrada. Em dezembro de 2013 ocorreu novo leilão (A-1) de energia para início de suprimento em janeiro de 2014. Neste novo leilão a Elektro conseguiu adquirir cerca de 50% da energia declarada para 2014 (288,6 MWmed), com preços médios de contrato 62,4% superiores à cobertura tarifária atual, o que contribuiu para a pressão sobre os custos de energia, seja pela manutenção da exposição involuntária ao mercado *spot*, seja pelos maiores preços da energia contratada.

Em 7 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que alterou novamente o Decreto 7.891/13. O novo decreto orientou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho Aneel nº 515/14, foi de R\$ 101,2 milhões.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que define a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR com a destinação de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEARs, na modalidade por disponibilidade, e normatizando o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014 a Aneel emitiu a Resolução 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, a serem repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. A CCEE liquidará esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas serão estabelecidas futuramente pela Aneel para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta para esse contrato.

As despesas a serem cobertas por essa operação referem-se ao período fevereiro a dezembro de 2014. Assim, a companhia possuía em 31 de março de 2014 R\$ 580,1 milhões provisionados para a cobertura de custos, dos quais R\$ 305,2 milhões já foram repassados no mês de abril, conforme Despacho Aneel nº 1.256/14, e R\$ 274,9 milhões em maio, conforme Despacho Aneel nº 1.443/14. Dessa forma, o montante total contabilizado na rubrica “Energia comprada para revenda”, como redutor de custos de energia referente aos meses de janeiro a março de 2014 totalizou R\$ 687,7 milhões (incluindo R\$ 6,4 milhões de ajustes de contabilização da CCEE referentes ao ano anterior), compensando parcialmente os impactos da alta dos custos de energia sobre os resultados da Companhia.

A Companhia entende que o direito legal dessa compensação de custos a receber em caixa já existia em 31 de março de 2014, tendo em vista que, anteriormente, já haviam diversos normativos e evidências, dentre

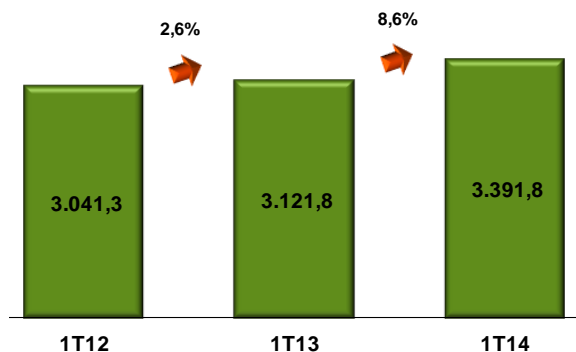
as quais a Lei 10.438/02, Lei 12.783/13, Decreto 7.891/13, Decreto 7.945/13, e comunicados emitidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério de Minas e Energia, que suportavam o direito da Companhia de receber em caixa e no curto prazo tais valores de forma desvinculada de reajustes tarifários futuros.

Em 30 de abril de 2014 ocorreu o 13<sup>o</sup> Leilão de Energia Existente A-0, no qual a Elektro adquiriu 212 MWmed, o que contribuiu para redução da sua exposição involuntária ao mercado spot para o ano de 2014 e subsequentes, conforme detalhado no item 5.3 deste Relatório. A Elektro deverá contratar a energia faltante ao longo de 2014 em leilões e outros mecanismos de compra de energia disponíveis sendo que, independentemente do sucesso nestas contratações, a eventual exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

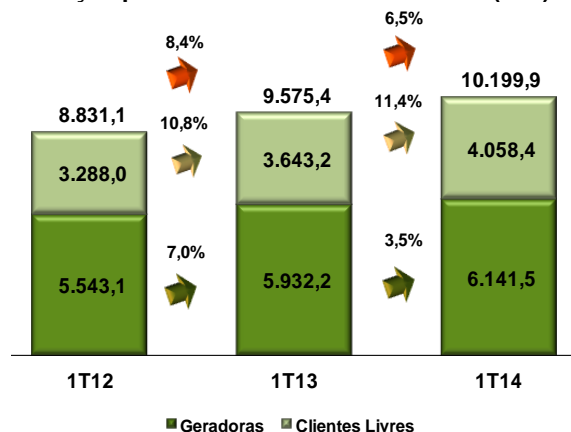
## 5. DESEMPENHO COMERCIAL

### 5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

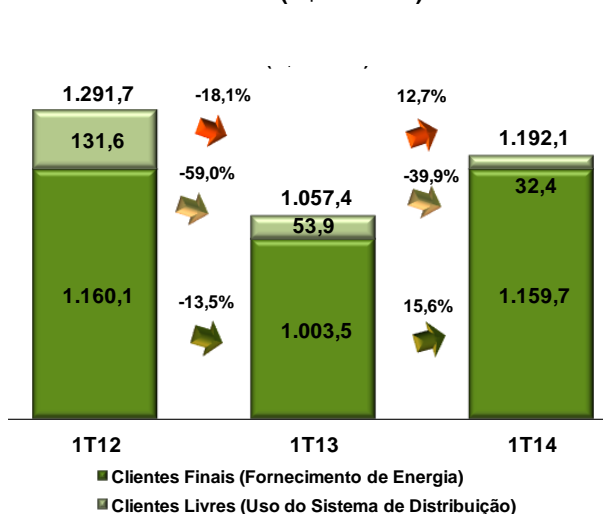
Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) <sup>(\*)</sup>



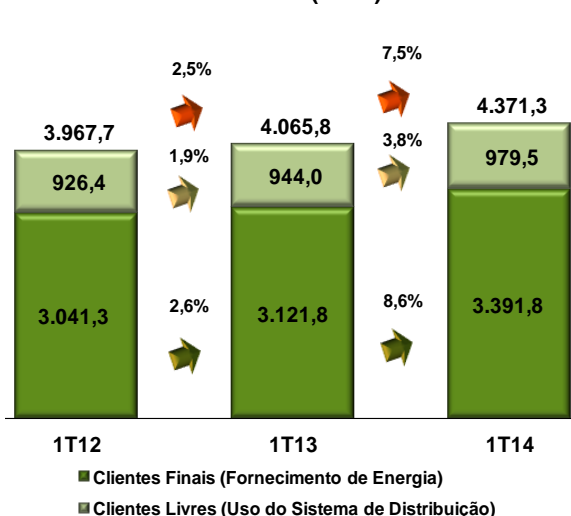
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) <sup>(\*)</sup>



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) <sup>(\*)</sup>



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh <sup>(*)</sup>		
	1T 2013	1T 2014	Var. %
Residencial	1.080,6	1.208,3	11,8%
Industrial	894,9	884,9	-1,1%
Comercial	623,2	690,8	10,8%
Rural	223,3	265,6	18,9%
Poder Público	77,8	85,8	10,3%
Iluminação Pública	102,1	114,8	12,4%
Serviços Públicos	119,9	141,6	18,1%
<b>Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b>	<b>3.121,8</b>	<b>3.391,8</b>	<b>8,6%</b>

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW <sup>(*)</sup>		
	1T 2013	1T 2014	Var. %
<b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b>	<b>9.575,4</b>	<b>10.199,8</b>	<b>6,5%</b>

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	1T 2013	1T 2014	Var. %
Residencial	437,7	493,3	12,7%
Industrial	262,0	268,6	2,5%
Comercial	228,1	256,5	12,5%
Rural	48,0	60,1	25,2%
Poder Público	28,3	31,3	10,6%
Iluminação Pública	22,4	26,4	17,9%
Serviços Públicos	32,1	38,7	20,6%
Receita não Faturada <sup>(2)</sup>	(55,1)	(15,2)	-72,4%
<b>Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b>	<b>1.003,5</b>	<b>1.159,7</b>	<b>15,6%</b>

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	1T 2013	1T 2014	Var. %
<b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b>	<b>53,9</b>	<b>32,4</b>	<b>-39,9%</b>
<b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b>	<b>1.057,4</b>	<b>1.192,1</b>	<b>12,7%</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

(2) Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado. Considerando que a contabilização da receita não faturada é o resultado líquido da provisão do mês corrente menos o estorno da provisão do mês anterior, e que esta estimativa tem como base um percentual sobre a receita faturada, o resultado do primeiro trimestre de 2013 está impactado pela redução das tarifas a partir de 24 de janeiro de 2013.

No primeiro trimestre de 2014 a Elektro forneceu 3.392 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando um crescimento no consumo de 8,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (3.122 GWh).

As altas temperaturas registradas no primeiro trimestre deste ano foram os principais responsáveis pela elevação do consumo das classes residencial e comercial, sendo que a sensação térmica registrada no período superou em quase 2° C a registrada no primeiro trimestre de 2013. A classe residencial apresentou crescimento de 11,8% e a classe comercial 10,8% quando comparadas ao consumo acumulado de janeiro a março de 2013.

O consumo cativo da classe industrial, por sua vez, apresentou redução de 1,1% no acumulado até março deste ano quando comparado ao mesmo período de 2013, influenciada pela migração de clientes do mercado cativo para o livre. Considerando a totalidade dos clientes industriais, nos mercados livre e cativo, a classe apresentou crescimento no consumo de 1,7% na comparação de igual período. Esta variação está em linha com os dados da Produção Industrial, que segundo o IBGE apresentou crescimento de 0,4% no acumulado primeiro trimestre de 2014.

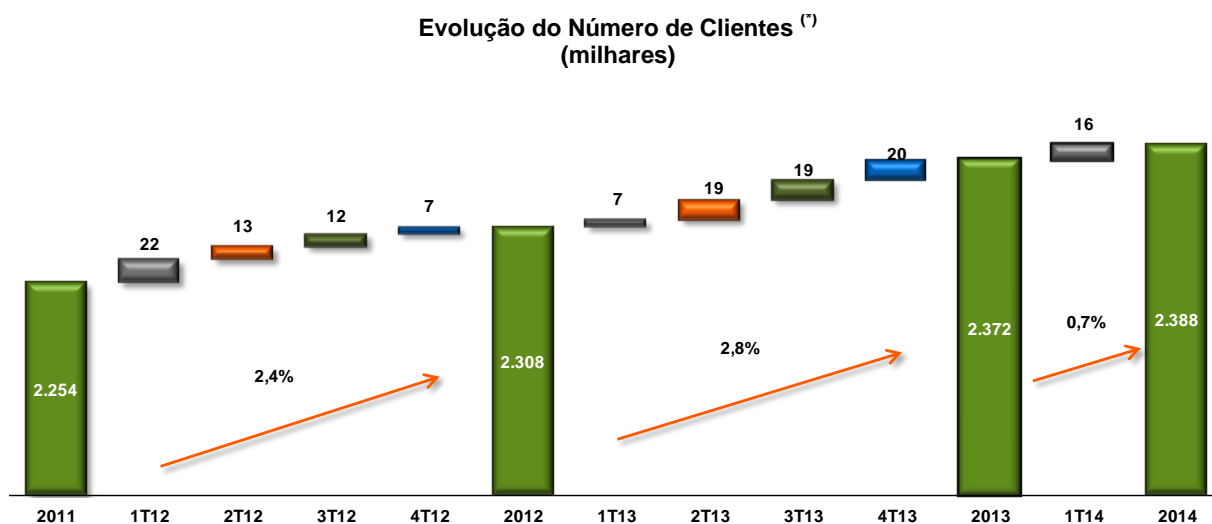
O consumo da classe rural cresceu 18,9% no acumulado de janeiro a março, quando comparado ao mesmo período de 2013. Este crescimento é explicado pelo baixo índice de precipitação verificado nos primeiros meses do ano, resultando na maior utilização do sistema de irrigação por muitos dos clientes da área de concessão.

O crescimento das classes poder público de 10,3% e serviço público de 18,1% no primeiro trimestre deste ano quando comparado ao primeiro trimestre de 2013, também sofreram os efeitos das altas temperaturas. O crescimento da classe serviço público, além da temperatura, teve influência da migração para o mercado cativo de um grande cliente que até março de 2013 era faturado integralmente como cliente livre.

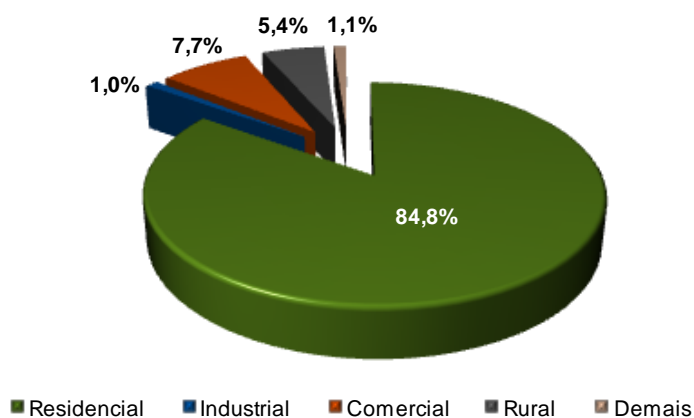
O aumento de consumo da classe iluminação pública de 12,4% no primeiro trimestre deste ano é explicado pela menor base de comparação, pois em janeiro de 2013 ocorreu o remanejamento da data de leitura de cerca de 260 unidades consumidoras, que foram impactadas em aproximadamente 15 dias a menos de faturamento.

De janeiro a março de 2014, o crescimento do mercado na área de concessão da Elektro foi de 7,5%. O consumo do mercado cativo cresceu 8,6% e dos clientes livres 3,8%. Em março de 2014 a Elektro faturou 116 clientes no mercado livre, frente a 103 clientes faturados no mesmo período de 2013.

Em março de 2014, foram atendidos 2,4 milhões de clientes, com incremento de 3,1%, representado por 73 mil novos clientes, quando comparado ao mês de março de 2013. O crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do número de domicílios ligados à rede elétrica, foram responsáveis pelo aumento na base de clientes da Elektro.



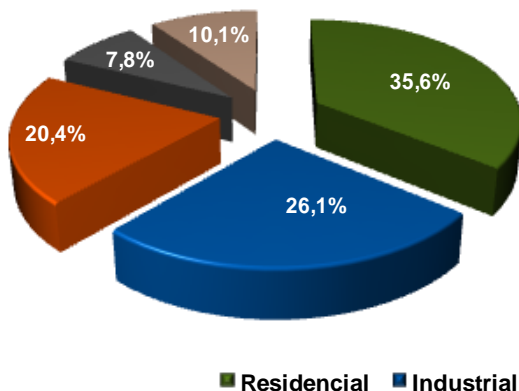
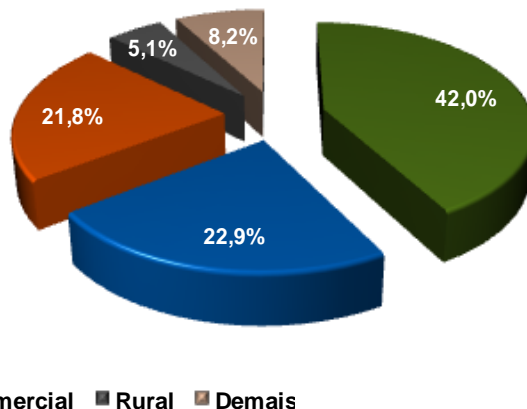
(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

**Segmentação dos Clientes <sup>(\*)</sup>**  
**(Total: 2,4 milhões)**


(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

## 5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação no primeiro trimestre de 2014:

**Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (3.391,8 GWh) <sup>(\*)</sup>**

**Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (R\$ 1.174,9 milhões) <sup>(1)</sup>**


(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) Inclui receita não faturada a clientes finais.

## 5.3. Contratos de Compra de Energia

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela Aneel, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2013. Ainda assim, após os eventos descritos abaixo, a Elektro apresenta uma insuficiência contratual anual de 9,3%<sup>2</sup> em 2014, que decorre da combinação dos seguintes efeitos:

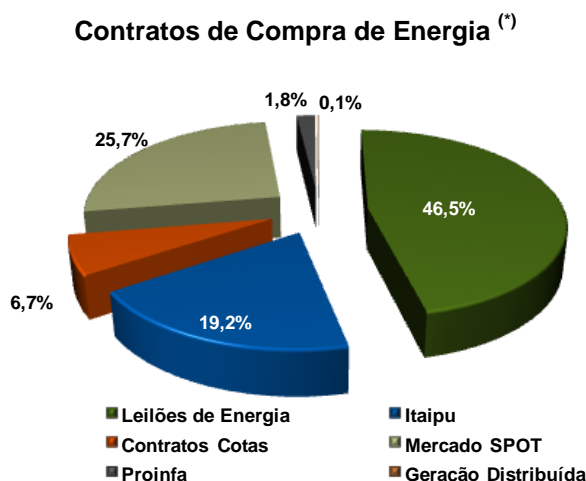
<sup>2</sup> Poderá sofrer alteração em função dos efeitos das Liminares nº 0009500-90.2013.4.01.4100 e nº 5535-51.2014.01.0000/DF, respectivamente a favor do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S/A(ESBR), responsável pela Usina UHE Santo Antonio, e do Consórcio Santo Antônio Energia, responsável pela Usina UHE Jirau.

- (i) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2012 em virtude do cancelamento do Leilão A-1 previsto para 2012 e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13;
- (ii) rescisão contratual dos CCEARs provenientes dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela Aneel;
- (iii) falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período de julho de 2013 a junho de 2014;
- (iv) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no Leilão A-1, ocorrido em 17 de dezembro de 2013; e,
- (v) atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração, com consequente suspensão da obrigação contratual de suprimento dos CCEARs devido principalmente a liminares judiciais, mas também a determinações da Aneel.
- (vi) realização do Leilão A-0 em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed, reduzindo o percentual de insuficiência contratual para o ano de 2014.

Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários.

Assim, no primeiro trimestre de 2014 o suprimento de energia para a Elektro foi realizado (i) 46,5% por meio de contratos provenientes de leilões de energia no ambiente regulado, (ii) 19,2% da energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 6,7% foram provenientes de contratos de cotas, (iv) 1,8% provém de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa), (v) 0,1% foram adquiridos por meio de contratos de Geração Distribuída e o restante, (vi) 25,7%, decorreram de compras no mercado *spot*.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro no primeiro trimestre de 2014:



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Em 2014 e para os anos subsequentes, há ainda necessidade de contratação de energia. Essa necessidade decorre da insuficiência contratual não suprida em 2013 e 2014, conforme motivos citados anteriormente. Esta necessidade foi parcialmente contratada no 13º Leilão de Energia Existente A-0, que ocorreu em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed, e o restante a Elektro deverá contratar ao longo de 2014 em leilões e outros mecanismos de compra de energia disponíveis sendo que, independentemente do sucesso nestas contratações, reafirma-se que a eventual exposição é considerada

involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários subsequentes.

## 6. RESULTADOS

Demonstração de Resultados	1T 2014	1T 2013	△ R\$	△ %
			1T 2014/1T 2013	1T 2014/1T 2013
Venda de Energia Clientes Finais	1.159,7	1.003,5	156,2	15,6%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	32,4	53,9	(21,5)	-39,9%
Receita de construção	64,9	60,8	4,1	6,7%
Outras Receitas	119,9	78,1	41,8	53,5%
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>1.376,9</b>	<b>1.196,3</b>	<b>180,6</b>	<b>15,1%</b>
Deduções às Receitas Operacionais	(358,8)	(334,7)	(24,1)	7,2%
<b>Receitas Operacionais Líquidas</b>	<b>1.018,1</b>	<b>861,6</b>	<b>156,5</b>	<b>18,2%</b>
<b>Energia Comprada para Revenda</b>	<b>(703,1)</b>	<b>(598,3)</b>	<b>(104,8)</b>	<b>17,5%</b>
Custo de Construção	(64,9)	(60,8)	(4,1)	6,7%
<b>Gastos e Despesas Operacionais</b>	<b>(166,9)</b>	<b>(160,2)</b>	<b>(6,7)</b>	<b>4,2%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>83,2</b>	<b>42,3</b>	<b>40,9</b>	<b>96,7%</b>
<b>EBITDA *</b>	<b>120,5</b>	<b>77,7</b>	<b>42,8</b>	<b>55,1%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(26,8)</b>	<b>(24,4)</b>	<b>(2,4)</b>	<b>9,8%</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>35,4</b>	<b>9,9</b>	<b>25,5</b>	<b>257,6%</b>

\* O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido (R\$ 35,4 milhões no primeiro trimestre de 2014) ajustado pelo resultado financeiro (R\$ 26,8 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 21,0 milhões), e depreciação e amortização (R\$ 37,3 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

A Receita Operacional Bruta da Elektro foi de R\$ 1,4 bilhão no primeiro trimestre de 2014, registrando crescimento de 15,1% em relação ao mesmo período de 2013 (R\$ 1,2 bilhão). Já as Receitas Operacionais Líquidas atingiram R\$ 1,0 bilhão, com incremento de 18,2% em comparação com o acumulado de janeiro a março de 2013 (R\$ 0,9 bilhão). As variações observadas devem-se principalmente à:

- (i) reajuste nas tarifas aplicado a partir de 27 de agosto de 2013, resultado do Reajuste Tarifário de 2013, cujo efeito médio percebido pelo consumidor foi um incremento de 8,9% nas tarifas praticadas;
- (ii) crescimento de mercado de 7,5%, em especial no consumo das classes residencial e comercial; e
- (iii) incremento de R\$ 41,8 milhões em Outras Receitas, em especial nas subvenções de CDE para subsídio tarifário (que, no primeiro trimestre de 2013, passaram a ser repassadas via CDE apenas a partir da emissão do Decreto 7.891/13, em 23 de janeiro de 2013), na contabilização pela CCEE de excedente financeiro referente ao suprimento de energia.

O Custo da Energia Comprada para Revenda vem registrando incrementos significativos desde o último trimestre de 2012, devido ao maior despacho de usinas térmicas e às compras de energia no mercado *spot* a preços de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) elevados conforme motivos detalhados no item 4 deste Relatório.

Parte destes custos foi compensada com R\$ 101,2 milhões de recursos de CDE recebidos conforme Decreto 8.203/14 referente à competência de janeiro e provisão de R\$ 580,1 milhões referente às competências de fevereiro e março de 2014, recursos advindos do Financiamento da Conta no Ambiente de

Contratação Regulada (CONTA-ACR) conforme Decreto nº 8.221/14, dos quais R\$ 305,2 milhões já foram repassados no mês de abril, conforme Despacho Aneel nº 1.256/14 e R\$ 274,9 milhões em 09 de maio, conforme Despacho Aneel nº 1.443/14.

Dessa forma, o aumento dos custos da companhia foi de 17,5% (R\$ 104,8 milhões) no primeiro trimestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, dentre outros, ao crescimento de mercado e incremento nos preços médios de contrato de energia em relação ao primeiro trimestre de 2013 (principalmente em função dos maiores preços contratados no leilão A-1 ocorrido em dezembro de 2013).

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 166,9 milhões, com incremento de 4,2% (R\$ 6,7 milhões) em relação ao primeiro trimestre de 2013, devido principalmente aos maiores gastos com serviços no sistema elétrico, a fim de garantir a confiabilidade do sistema.

O Resultado do Serviço registrou R\$ 83,2 milhões, com incremento de 96,7% em relação ao acumulado de janeiro a março de 2013 (R\$ 42,3 milhões), e a margem no Resultado do Serviço passou de 4,9% no primeiro trimestre de 2013 para 8,2% no primeiro trimestre de 2014, decorrente dos impactos já descritos anteriormente nas Receitas Operacionais Líquidas e no Custo de Energia Comprada.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 120,5 milhões, com crescimento de 55,1% em relação ao EBITDA do primeiro trimestre de 2013 (R\$ 77,7 milhões) e aumento da margem EBITDA em relação ao mesmo período (de 9,0% de janeiro a março de 2013 para 11,8% para o mesmo período de 2014), decorrente das mesmas variações no Resultado do Serviço descritas acima.

O Resultado Financeiro registrou elevação de 9,8% em relação ao primeiro trimestre de 2013, com incremento de R\$ 2,4 milhões. Observa-se que as maiores despesas de juros e variação monetária relacionadas ao maior saldo médio de dívida do período (empréstimos, financiamentos e debêntures) e aumento dos seus indexadores (IPCA, IGP-M e CDI) e atualização monetária referente à postergação da liquidação das compras de energia da competência de fevereiro foram parcialmente compensadas pelo aumento das receitas financeiras, em especial incremento na atualização do Ativo Financeiro devido aos maiores investimentos no período e aceleração do seu indexador, o IGP-M.

A Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 35,4 milhões no acumulado de janeiro a março, com incremento de 257,6% quando comparado ao mesmo período de 2013 (R\$ 9,9 milhões) e a margem líquida passou de 1,1% no primeiro trimestre de 2013 para 3,5% no mesmo período de 2014.

**6.1. Resultado ajustado**
**R\$ Milhões**

DRE - Resultado ajustado	2014	2013	Variação	
	31/03/2014	31/03/2013	R\$ Mil	%
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	<b>1.018,1</b>	<b>861,6</b>	<b>156,5</b>	<b>18,2</b>
(-) Receita de construção	64,9	60,8	4,1	6,7
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(12,7)	5,3	(18,0)	-339,6
<b>Receitas operacionais líquidas ajustadas</b>	<b>965,9</b>	<b>795,5</b>	<b>170,4</b>	<b>21,4</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>83,2</b>	<b>42,3</b>	<b>40,9</b>	<b>96,7</b>
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(12,7)	5,3	(18,0)	-339,6
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(110,7)	(118,9)	8,2	-6,9
<b>Resultado do Serviço ajustado</b>	<b>206,6</b>	<b>155,9</b>	<b>50,7</b>	<b>32,5</b>
<b>EBITDA</b>	<b>120,5</b>	<b>77,7</b>	<b>42,8</b>	<b>55,1</b>
(-) Ativos e passivos regulatórios (ROL)	(12,7)	5,3	(18,0)	-339,6
(-) Ativos e passivos regulatórios (Compra energia)	(110,7)	(118,9)	8,2	-6,9
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>243,9</b>	<b>191,3</b>	<b>52,6</b>	<b>27,5</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>35,4</b>	<b>9,9</b>	<b>25,5</b>	<b>257,6</b>
(-) Ajustes EBITDA líquidos de IR/CS	(81,4)	(74,9)	(6,5)	8,7
<b>Lucro (prejuízo) líquido ajustado</b>	<b>116,8</b>	<b>84,8</b>	<b>32,0</b>	<b>37,7</b>

Os Resultados da Companhia no primeiro trimestre de 2013 e 2014, apresentados no item 6 deste Relatório, estão impactados por eventos que foram e serão repassados às tarifas nos Reajustes Tarifários subsequentes. Esses eventos estão apresentados no quadro acima como “ativos e passivos regulatórios”. As Receitas Operacionais Líquidas (ROL) são ajustadas principalmente pela Receita de Construção, que tem impacto nulo sobre o Resultado da Companhia, uma vez que é uma contrapartida das variações do Custo de Construção, dado que não há margem de contribuição na prestação deste serviço pelas distribuidoras de energia elétrica no Brasil (maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 12.3). Dessa forma, a exclusão destes efeitos sobre as Receitas Operacionais Líquidas resultaria em uma receita de R\$ 965,9 milhões no primeiro trimestre de 2014 contra R\$ 795,5 milhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 21,4%, motivado principalmente pelo crescimento de mercado na área de concessão e melhora no mix de consumo de energia.

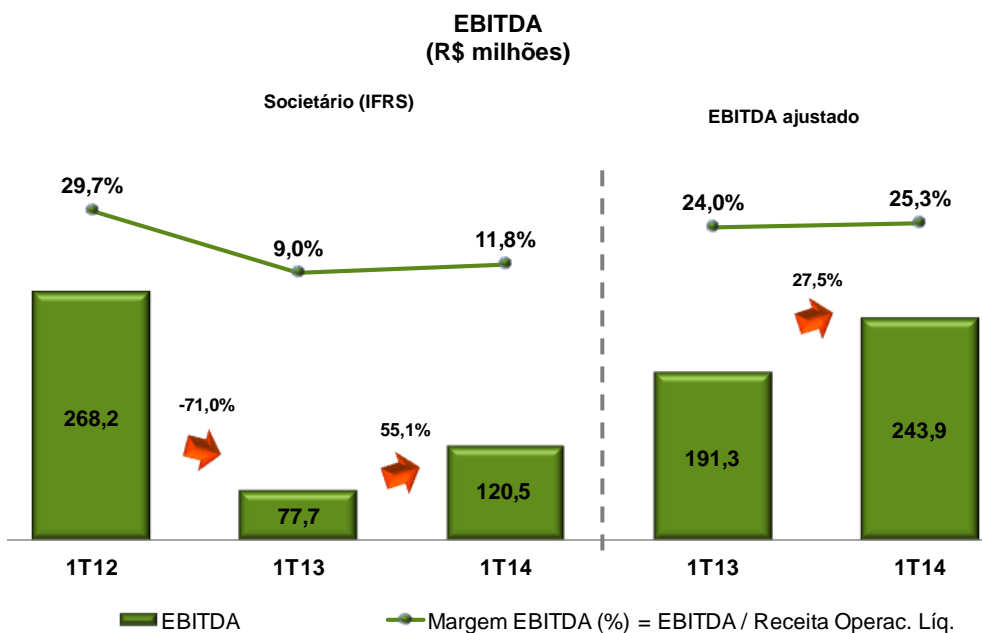
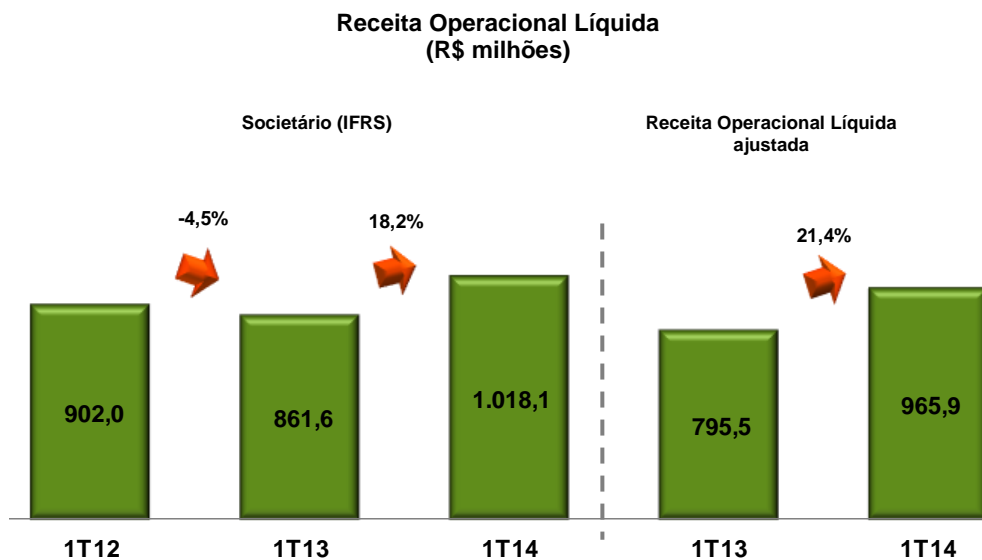
O EBITDA contém ainda, além do efeito dos ativos e passivos regulatórios sobre a Receita, o impacto dos Custos de Energia Comprada, que são repassados em reajustes tarifários subsequentes, negativo de R\$ 110,7 milhões no primeiro trimestre de 2014 e de R\$ 118,9 milhões no mesmo período de 2013. Se efetuados os ajustes para exclusão desses eventos em ambos os períodos, considerando os repasses desses valores nas tarifas da Companhia, o EBITDA ajustado seria de R\$ 243,9 milhões de janeiro a março de 2014 e de R\$ 191,3 milhões no mesmo período de 2013, o que significaria um crescimento de 27,5% neste período. Da mesma forma, o Resultado do Serviço ajustado seria de R\$ 206,6 milhões no acumulado do trimestre de 2014 contra R\$ 155,9 milhões no mesmo período de 2013, o que representaria um incremento de 32,5%. Os fatores que motivaram esse crescimento são aqueles já comentados na variação da ROL.

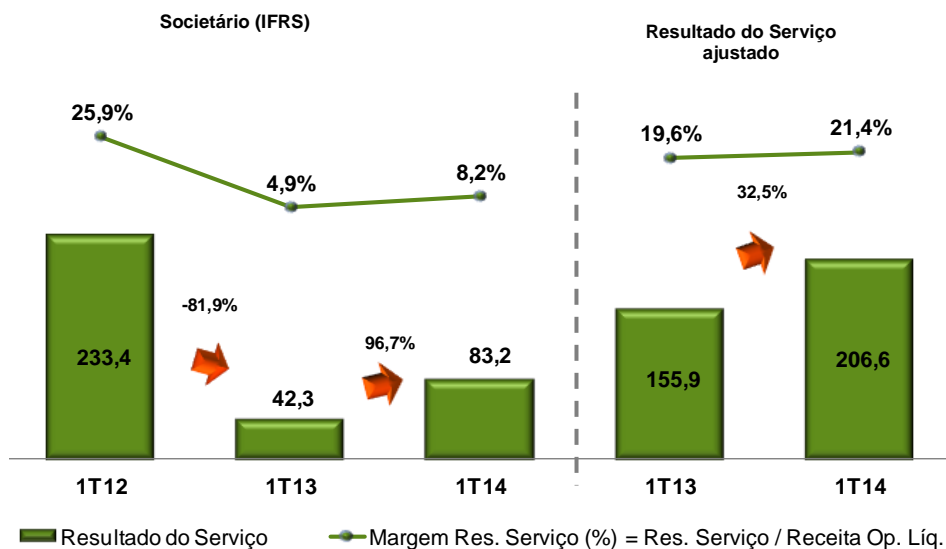
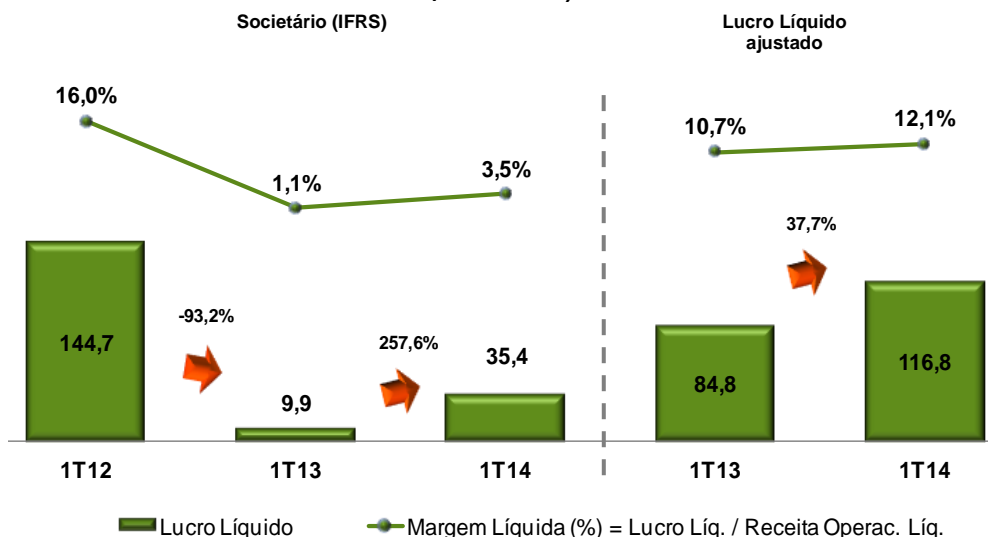
Considerando os efeitos destes mesmos ajustes no EBITDA e Resultado do Serviço, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, o Lucro Líquido do primeiro trimestre de 2014 seria de R\$ 116,8 milhões frente a R\$ 84,8 milhões no mesmo período de 2013, implicando em um crescimento de 37,7% no Lucro Líquido ajustado, motivado pelos efeitos mencionados anteriormente.

A Elektro entende que esses ajustes são necessários para um adequado entendimento dos níveis de geração de caixa operacional, descontados os efeitos temporários decorrentes do descasamento entre

variações de custos não gerenciáveis e o reflexo destas variações nas Receitas, que serão ajustados a partir da Revisão ou Reajuste Tarifário subsequente, conforme a regulação do setor.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados da Elektro no primeiro trimestre de 2014 comparados ao mesmo período de 2013, considerando os resultados societários (IFRS) e ajustados (ajustes de ativos e passivos regulatórios):



**Resultado do Serviço  
(R\$ milhões)**

**Lucro Líquido  
(R\$ milhões)**

**6.2. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

Em 2013 foram distribuídos Dividendos Intermediários com base no Lucro Líquido apurado no primeiro semestre de 2013 no valor de R\$ 78,3 milhões, pagos em 1º de novembro de 2013. Também foram declarados Juros sobre Capital Próprio referentes ao exercício social de 2013, no total de R\$ 93,1 milhões pagos, líquidos de imposto de renda retido na fonte, em 23 de dezembro de 2013.

Em 20 de março de 2014, a Assembleia Geral dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 163,0 milhões, referentes ao exercício social de 2013 (deduzidos os

dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), cujo pagamento se dará até o encerramento do exercício social de 2014, conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

## 7. ESTRUTURA DE CAPITAL

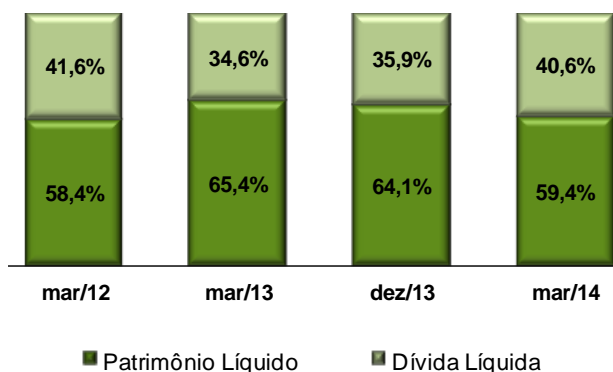
31/03/2014	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
<b>Empréstimos com Terceiros</b>				
Debêntures	66,0	983,4	1.049,4	62,4%
BNDES Finem / Finame	28,9	163,5	192,4	11,4%
Eletrobrás	13,9	68,6	82,5	4,9%
Finep	11,8	42,3	54,1	3,2%
BEI	10,7	280,8	291,5	17,3%
Arrendamento mercantil	1,8	9,4	11,2	0,7%
<b>Total da Dívida</b>	<b>133,1</b>	<b>1.548,0</b>	<b>1.681,1</b>	<b>100,0%</b>
<b>Perfil da Dívida</b>	<b>8%</b>	<b>92%</b>	<b>100%</b>	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(1)</sup>			<b>(362,7)</b>	
<b>Endividamento Líquido</b>			<b>1.318,4</b>	

(1) Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

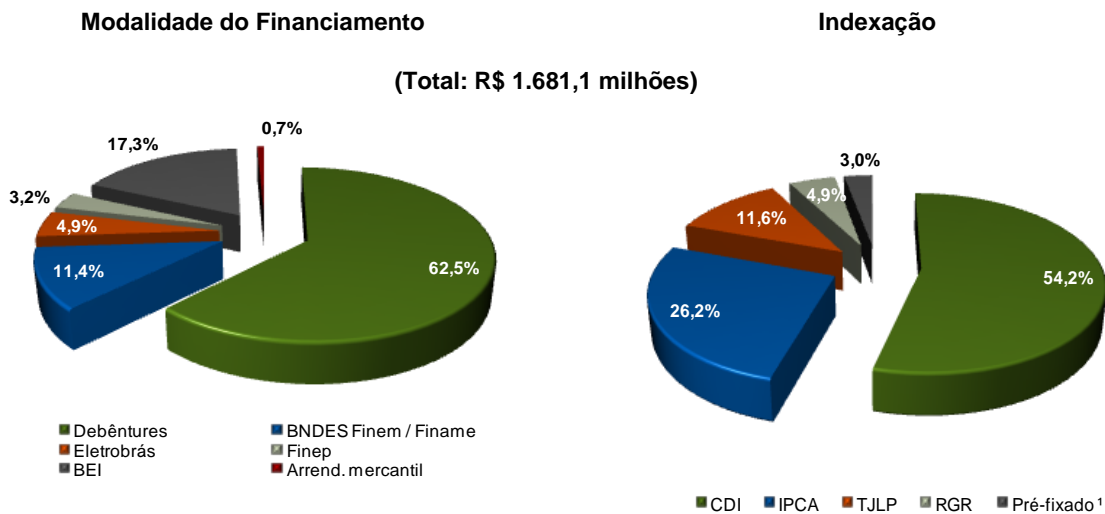
A Elektro encerrou o primeiro trimestre de 2014 com endividamento líquido de R\$ 1.318,4 milhões (14,5% maior que a posição encerrada em 31 de dezembro de 2013, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.151,0 milhões), resultado do endividamento total de R\$ 1.681,1 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 362,7 milhões. A dívida de curto prazo corresponde a 8% do total do endividamento.

No primeiro trimestre de 2014, a empresa captou R\$ 45,3 milhões para financiar seu programa de investimentos, sendo (i) R\$ 42,0 milhões por meio da nova linha de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) e (ii) R\$ 3,3 milhões por meio da linha financiamento relacionada a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de seus investimento.

**Estrutura de Capital**  
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



Em 31 de março de 2014, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

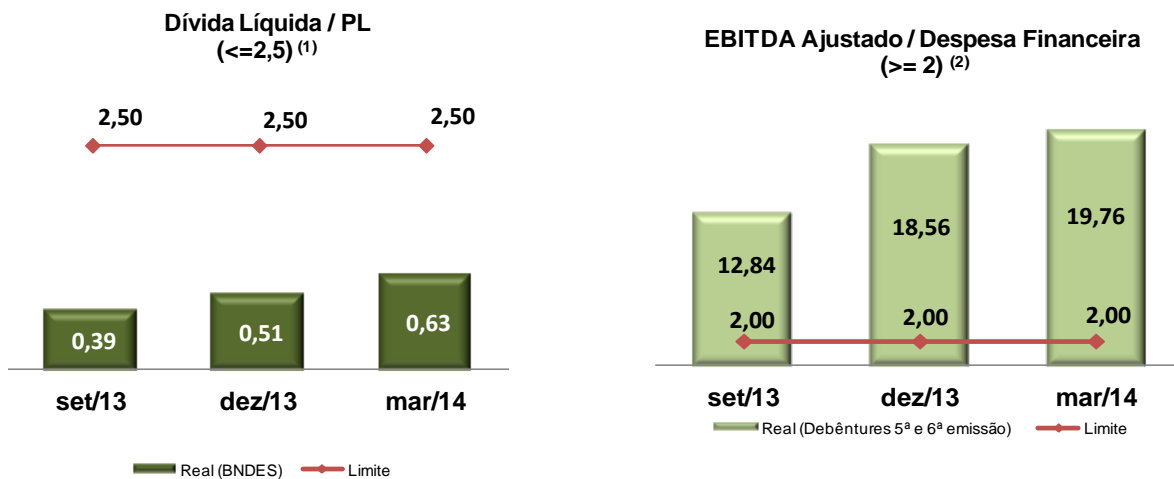


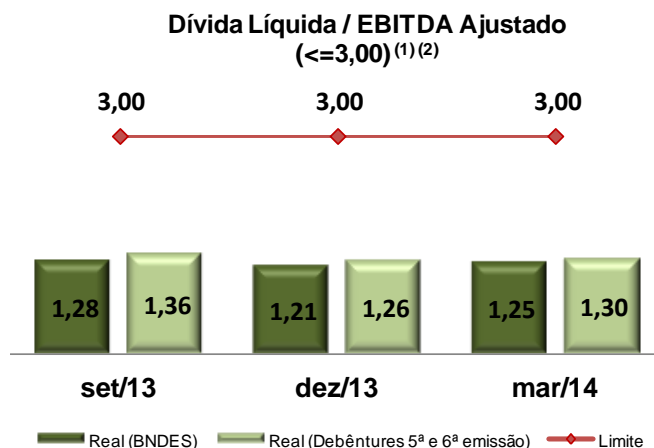
(1) Consideram recursos da FINEP sem indexação.

### 7.1. Covenants Financeiros

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES e nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures.

A evolução dos *covenants* financeiros frente aos limites estabelecidos é demonstrada a seguir:





- (1) BNDES. Para este contrato, a definição de EBITDA ajustado contempla, além dos ajustes de Ativos e Passivos Regulatórios, a exclusão dos efeitos de outras Receitas/Despesas Operacionais, tais como ganhos/perdas com planos de pensão e lucro/prejuízo na alienação de imobilizado.
- (2) Debêntures 5ª e 6ª emissão. Para as Escrituras de Emissão, a definição de EBITDA ajustado contempla os ajustes de Ativos e Passivos Regulatórios.

## 8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 17 de junho de 2013, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em 'brAAA', mantido desde 1º de julho de 2010, o melhor *rating* da escala de crédito. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reafirmados em 'brAAA'.

## 9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Em 15 de outubro de 2013 a Elektro contratou nova operação de *swap* vinculada ao desembolso do financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013. O *swap* tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da CVA.

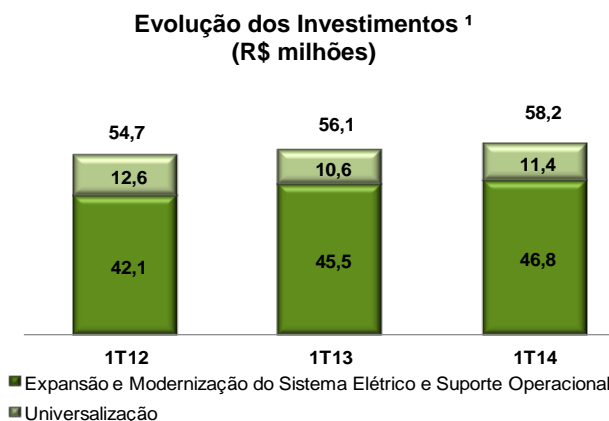
## 10. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		△ R\$ milhões
	1T 2014	1T 2013	1T 2014/1T 2013
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>35,4</b>	<b>9,9</b>	<b>25,5</b>
Depreciação e outras amortizações	37,3	35,5	1,8
Juros e variação monetária e cambial	54,1	39,9	14,2
Outros	(8,3)	8,1	(16,4)
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>	<b>83,1</b>	<b>83,5</b>	<b>(0,4)</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>118,5</b>	<b>93,4</b>	<b>25,1</b>
Variação do Capital de Giro Operacional	(192,9)	0,00	(192,9)
<b>Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros</b>	<b>(74,4)</b>	<b>93,4</b>	<b>(167,8)</b>
Adições ao intangível, ao ativo indenizável e imobilizado	(64,9)	(60,8)	(4,1)
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	7,6	7,8	(0,2)
Caução de fundos e depósitos vinculados	0,1	23,8	(23,7)
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(57,2)</b>	<b>(29,2)</b>	<b>(28,0)</b>
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(18,8)	(8,0)	(10,8)
Captação de empréstimos e debêntures	45,1	37,8	7,3
<b>Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos</b>	<b>26,3</b>	<b>29,8</b>	<b>(3,5)</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0,00	0,00	0,00
<b>Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos</b>	<b>26,3</b>	<b>29,8</b>	<b>(3,5)</b>
<b>Geração (consumo) Líquido de Caixa</b>	<b>(105,3)</b>	<b>94,0</b>	<b>(199,3)</b>
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	467,6	583,1	(115,5)
<b>Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)</b>	<b>362,3</b>	<b>677,1</b>	<b>(314,8)</b>

No primeiro trimestre de 2014 houve consumo líquido de caixa no montante de R\$ 105,3 milhões, contra uma geração líquida de caixa de R\$ 94,0 milhões em relação ao mesmo período de 2013. A principal justificativa relaciona-se ao consumo de capital de giro operacional, parcialmente compensado pelos melhores resultados do período. Esse consumo deve-se principalmente ao incremento do Contas a Receber da Companhia, vinculado ao crescimento da Receita, adicionado ao (ii) pelo efeito líquido entre o incremento da rubrica Contas a receber de CDE e conta ACR, referente aos repasses de custo de energia a receber e o incremento de fornecedores e supridores de energia elétrica a pagar, também relacionado ao aumento dos custos de energia.

## 11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

No primeiro trimestre de 2014, a Elektro investiu R\$ 61,9 milhões, dos quais R\$ 3,7 milhões referem-se a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa um incremento de 4,2% em relação aos investimentos registrados no mesmo período do ano anterior (R\$ 59,4 milhões, dos quais R\$ 3,3 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes).



(1) Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos foram:

- (i) R\$ 46,8 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
  - (a) R\$ 20,5 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão;
  - (b) R\$ 16,7 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico;
  - (c) R\$ 4,5 milhões utilizados em melhorias e atualizações tecnológicas; e
  - (d) R\$ 5,1 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e Frota.
  
- (ii) R\$ 11,4 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
  - (a) R\$ 10,5 milhões referente a Programas de Universalização, que determinam o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA; e
  - (b) R\$ 0,9 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 30 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

O nível de investimento realizado no primeiro trimestre de 2014 está em linha com realizado no mesmo período do ano anterior.

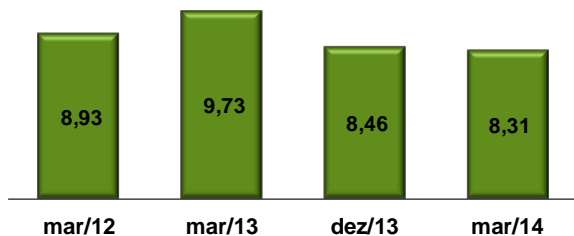
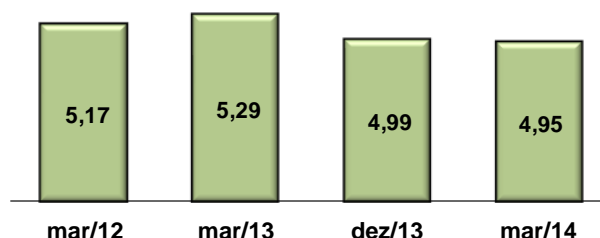
## **12. DESEMPENHO OPERACIONAL**

### **12.1. DEC e FEC**

A Elektro mantém forte compromisso com a eficiência e melhoria contínua buscando evolução no seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

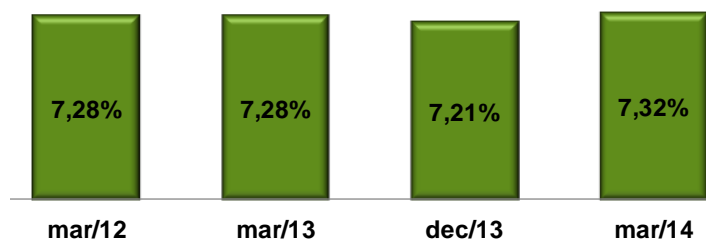
Como resultado, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), apresentaram melhora em relação aos indicadores anualizados em Dezembro de 2013, que foram os melhores resultados da história da Elektro para ambos. Em março de 2014 o DEC anualizado registrou 8,31 horas contra 8,46 em dezembro de 2013 e 9,73 em março de 2013 e o FEC registrou 4,95 interrupções contra 4,99 em dezembro de 2013 e 5,29 em março de 2013, valores esses bem abaixo dos limites regulatórios definidos pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Estes resultados refletem a melhoria contínua e estão diretamente relacionados à robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, introdução de processos inovadores de engenharia de distribuição e pela política de investimentos em melhorias que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

**DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) <sup>(\*)</sup>**

**FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) <sup>(\*)</sup>**


Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução Aneel no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Caso considerados, os indicadores DEC e FEC de 31/03/2012 seriam 11,46 e 6,02, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/03/2013 seriam 13,58 e 6,87, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2013 seriam 11,57 e 6,22, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 31/03/2014 seriam 11,87 e 6,33, respectivamente.

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

**12.2. Perdas de Distribuição**
**Perdas de Distribuição <sup>(\*)</sup>**


Obs.: 1 - O método de cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses.

2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Em março de 2014 as perdas de distribuição apresentaram ligeira elevação quando comparadas a março de 2012, março de 2013 e dezembro de 2013, registrando índice de 7,32% em março de 2014 em função, principalmente, do menor crescimento do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico em alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão, que tiveram crescimento bem mais significativo, especialmente devido às altas temperaturas registradas neste período.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da Aneel nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para Elektro seja de 2,51% acumulados nos últimos 12 meses encerrados em 31 de março de 2014. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de março de 2014 seria de 9,83%.

Mais informações sobre a Elektro no site [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br)

**Relações com Investidores**

☎ (19) 2122-1487

✉ [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)